

# LITERATURA CLÁSSICA, ESCRITA DA HISTÓRIA E TEORIA *QUEER*: UM OLHAR SOBRE OS EUNUCOS (ROMA, 80-121 D. C.)

BENEDITO INACIO RIBEIRO JUNIOR\*

**Resumo:** Neste artigo, pretende-se refletir sobre a escrita da História Antiga de Roma, em especial a dos eunucos, a partir da documentação literária. Há algumas décadas os historiadores têm reconhecido as obras literárias como fonte profícua para a escrita da História; porém, no caso da Antiguidade, a literatura sempre fora indispensável para narrar a sua história, uma vez que, na maior parte dos casos, é o único documento disponível para tal. Também faremos algumas considerações sobre a Teoria *Queer*, a qual julgamos apropriada para pensar tanto a prática historiográfica atual quanto as representações dos eunucos romanos. Assim, estas questões serão pensadas aqui por meio das obras *Silvae*, de Estácio; *Epigrammata*, de Marcial e *De Vita Caesarum*, de Suetônio.

**Palavras-chave:** eunucos, literatura, História de Roma.

**Abstract:** In this article we intend to reflect on the writing of the Roman Ancient History, particularly about the eunuchs, through the literature. For a few decades now, historians have recognized literary works as productive sources to write history, however, when it comes to Antiquity, literature has always been an essential source and, quite likely, the only source on the subject at hand. We will also make some considerations regarding Queer Theory, which we judge appropriate in thinking both the current historiographical practice as well as the ancient representations of Roman eunuchs. These questions will be thought based on works Statius' *Silvae*, Martial's *Epigrammata* and Suetonius' *De Vita Caesarum*.

**Keywords:** eunuchs, literature, History of Rome.

---

Artigo recebido em 08 de Agosto de 2014 e aprovado para publicação em 14 de Abril de 2015.

\* Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis), integrante do Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM/UNESP-Assis/CNPq) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2013/26304-6). E-mail: [beneditoinacioribeiro@gmail.com](mailto:beneditoinacioribeiro@gmail.com)

Nos estudos sobre a Antiguidade, a Literatura sempre figurou como uma fonte riquíssima de informações. A distância temporal não permitiu que outros vestígios chegassem até nós, exceto no caso dos artefatos arqueológicos que vêm sendo cada vez mais incorporados pela historiografia. Mas, de forma geral, os historiadores em muitos momentos afastaram a literatura de seu campo de atuação, tratando-a como vinculada ao irreal, às fantasias, àquilo que caminhava na contramão da verdade ou da razão<sup>1</sup>. Essa relação de tensão, mais que ineficaz ou descontente, trouxe uma transformação metodológica e epistêmica à História.

Assim, o principal objetivo deste artigo é arrolar alguns enfrentamentos e tensões sofridas por estas duas áreas do saber e investir no entrecruzamento dos dois para o estudo da sociedade romana antiga. Tendo isso em vista, trabalhar-se-á também aspectos centrais do que vem sendo denominada *Queer Theory*, entendendo que esta pode auxiliar na compreensão de experiências anômalas vivenciadas no passado. Por fim, debruçar-se-á sobre alguns discursos produzidos por Estácio, Marcial e Suetônio, levando em conta as considerações feitas anteriormente, num exercício que possa por em prática um diálogo entre estes três campos do saber (História, Literatura e Estudos *Queer*).

### **Fronteiras e diálogos: embates disciplinares e metodológicos entre História e Literatura**

Zélia Cardoso<sup>2</sup> afirma que a literatura não é algo desconectado do mundo social e da realidade, habitando somente o terreno do imaginário, mas é um produto humano resultado de diversos fatores. Pensar a sociedade romana, ou qualquer outra, exige também pensar sobre o que ela imaginou, de que forma esse imaginado se relacionou com outros processos sociais; os lugares que seus autores e leitores ocuparam; que intenções os autores tinham ao publicar e como distribuíram suas obras; como os leitores receberam as mesmas. Neste tópico, pretende-se expor algumas das principais reflexões sobre as tensões e os diálogos feitos entre História e Literatura, bem como os posicionamentos que os historiadores tomaram diante deles.

Essa temática já demandou muita discussão e vários debates acalorados em diversas

---

1 ALBUQUERQUE JR, D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007. 256p. Albuquerque Jr dedica a primeira parte desta obra aqui citada para pensar sobre as relações entre Literatura e História. Nos quatro capítulos que compõem tal parte, o autor trabalha com o conceito de *invenção*, crucial para definir o que ele acredita ser o campo historiográfico atual.

2 CARDOSO, Z. A. *A literatura latina*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. IX

épocas. Se desde a Antiguidade podemos observar momentos em que estes campos já pretendiam trilhar caminhos separados<sup>3</sup>, é na Modernidade que os campos da História e da Literatura conhecem uma tentativa de separação abismal. Podemos vislumbrar no século XIX um momento em que vários esforços procuraram distanciar a narrativa histórica das demais formas de narrativa. Isso se deveu ao movimento de formação da ciência moderna, inspirada pelos ideais racionalistas e evolutivos que se faziam presentes nas formas de conhecimento desde o século XVI. Para ser mais específico, se Heródoto é considerado o pai da História na antiguidade, na modernidade quem ocupa tal lugar é Leopold von Ranke, ao lançar as bases da História científica com um método próprio, como disciplina autônoma, em contraposição às filosofias da história e também à Literatura e à memória. Hartog observa que dessa forma a História se embasa no modelo das ciências naturais e prefere o domínio da ciência em detrimento do campo das artes.<sup>4</sup> Albuquerque Jr entende esse processo como o momento em a História refirma seu pacto com a realidade, sendo seu papel a busca da verdade pelo método, transformando-se em ciência. A Literatura será então totalmente proibida de falar da realidade.<sup>5</sup>

Se no século XIX a História passa a ser responsável pela verdade, relegando novamente a Literatura ao irreal e fantasioso, ela adentra o século XX sob os debates das Ciências Sociais. Para os historiadores reunidos em torno da revista *Annales*, a missão é tornar a História cada vez mais científica, rompendo com a História-narrativa, a História dos eventos e das batalhas. Na década de 1930, Lucien Febvre propõe uma história que lidasse com fatos, sem aproximá-la do romance e da ficção, que buscasse não mais o indivíduo, mas os grupos sociais. A história-problema dos *Annales*, que deveria formular perguntas, hipóteses, construir modelos e lidar com conjunturas sociais, contrapõe-se ao que ela mesmo denominou como História-narrativa, que narraria o que aconteceu, relataria o acontecido, importando-se com o indivíduo, o particular e o comezinho.<sup>6</sup> Tal História-problema, porém, não se questionava sobre os problemas da escrita da História, da sua composição enquanto construção textual e linguística. Assim, ao criticarem a narrativa e a ficção e renunciá-las, os

---

3 ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 46-48. HARTOG, F. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme J. Freitas e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. p. 39-64.

4 HARTOG, F., 2011, p. 174.

5 ALBUQUERQUE JR, D. M., 2007, p. 48.

6 BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, 154p.; DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1992, 267p.

*Annales*, e também a História moderna como um todo, não pensam a questão da narrativa enquanto tal, apenas expulsando-a para um outro campo.<sup>7</sup>

Até então, a História defendeu-se das investidas da Literatura. Mas as décadas de 60 e 70 do século XX trazem uma reconfiguração a esse campo, sendo talvez o momento em que este debate foi mais acalorado. Pensar a narrativa nesse período tornou-se crucial para o conhecimento histórico, contribuindo para sua revisão teórico-metodológica e colocando uma tensão epistemológica para os historiadores: a possibilidade de representação do passado pela História.<sup>8</sup> Isso se deveu ao que se convencionou chamar de *virada linguística*. Num cenário em que se manifestavam fortemente a história serial, das mentalidades (preocupadas com processos econômicos e com as longas durações, dedicada às conjunturas); o estruturalismo linguístico (representado pelas reflexões de Ferdinand Saussure, que entendia a linguagem como articuladora da realidade, mas que ainda pensava o significado como algo estável e fechado) leva a linguagem para o centro do debate em todas as humanidades.<sup>9</sup>

Segundo David Harlan, o já eferescente campo dos estudos da linguagem na década de 1960 é também abalado pelas críticas do pós-estruturalismo, que pretendia romper com as concepções saussureanas. Jacques Derrida e Roland Barthes apontam para uma linguagem que seria instável, defendendo que não haveria um significante transcendente, autoexplicativo.<sup>10</sup> Michel Foucault, com *As palavras e as coisas*, também pensou uma forma de conhecimento pós-estruturalista, pois, além de diversas outras contribuições com esse trabalho, percebeu a linguagem como portadora espessura própria, “a coisa entre as coisas”<sup>11</sup>.

A História não ficaria imune a toda essa problemática surgida em torno da linguagem. Se desde os gregos se tentou criar fronteiras entre ela própria e a Literatura, questionando sua possibilidade de dizer sobre o real, o verdadeiro, na *virada linguística* a Literatura e a Linguística põem em xeque a capacidade de a História dizer o que realmente aconteceu. O próprio Barthes faz esse exercício em *O discurso da História*, indagando a História pelo viés linguístico e desconstruindo a ideia de realidade da narrativa histórica, afirmando que ela possui na verdade um efeito de realidade. Isso se dá porque o historiador se ausenta enquanto

---

7 HARTOG, F. 2011, p. 177

8 FERREIRA, A. C. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares, *Pós-História*. Assis, SP, 1995, v. 4. p. 23. HARLAN, D. “A História Intelectual e o retorno da Literatura.” In: RAGO, M.; GIMENES, R., *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p. 15.

9 ALBUQUERQUE JR, D. M. 2007.; FERREIRA, A. C., 2011; HARLAN, David. Op. Cit.

10 HARLAN, D. 2000, p. 20-24.

11 ALBUQUERQUE JR, D. M., 2007, p. 91.

narrador e usa o tempo pretérito, dando a aparência da história contar-se sozinha. A ideia de Barthes é que o próprio passado adquire uma existência linguística ao ser narrado pelo historiador<sup>12</sup>.

Mas é na década de 1970, com as obras de Hayden White e de Michel de Certeau, que a linguagem passa a estar definitivamente no centro das preocupações históricas. Em *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, White parte da retórica e da teoria literária para analisar o que ele denominou de poética histórica. Nela, analisa as obras de Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt, Marx, Nietzsche e Croce e afirma que elas podem ser consideradas narrativas ficcionais. A partir disso ele formula a ideia de estilos historiográficos, ou seja, os modos de composição próprios de cada historiador ou corrente historiográfica: “Em minha opinião, um estilo historiográfico representa uma *combinação* particular de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica”<sup>13</sup>. A figura abaixo ilustra os modos com quais o historiador compõe sua obra, entendido por Hayden White como as afinidades eletivas entre os vários modos elaboração do enredo, de argumentação e implicação ideológica de qualquer obra de historiográfica.

<i>Modo de elaboração do enredo</i>	<i>Modo de Argumentação</i>	<i>Modo de Implicação Ideológica</i>
Romanesco	Formista	Anarquista
Trágico	Mecanicista	Radical
Cômico	Organicista	Conservador
Satírico	Contextualista	Liberal

Figura 1: Hayden White. Quadro das afinidades eletivas. 1992.

O problema do historiador, observa White, seria o de construir um protocolo linguístico, elaborando dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas próprias, não as do documento/fonte analisado, explicando o passado a partir disso<sup>14</sup>. Para Ferreira, White não chega a desqualificar o conhecimento histórico, mas defende que não só a História, mas toda forma de conhecimento tem elementos de imaginação e ficção<sup>15</sup>.

Já Michel de Certeau, no seminal capítulo *A operação historiográfica* de sua obra *A*

12 A discussão em torno das reflexões de Barthes foram consultadas em FERREIRA, A. C. 2011, p. 27-28.

13 WHITE, H. Introdução: a poética da história. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 43. Grifos do autor.

14 Idem. p. 45. Grifos do autor.

15 FERREIRA, A. C., 2011, p. 39.

*escrita da História*, é reticente em relação aos posicionamentos de Hayden White, mas também afirma o caráter narrativo da História. Dividindo em três etapas o processo de escrita da história, de Certeau dá uma resposta que até hoje perdura nas questões referentes ao trabalho historiográfico e sua relação com a narrativa. A primeira etapa seria um *lugar social* de onde a história é produzida, lugar onde se hospeda o historiador, seja como profissão ou uma instituição.<sup>16</sup> Desse modo, o grupo, o meio, o lugar fabricaria não só a história, mas também o historiador: as leis do meio, a comunidade de pares, organizada por uma profissão com suas hierarquias, articula suas normas, os protocolos e o tipo de recrutamento e reconhecimento do que seria um historiador e uma obra historiográfica. A *prática* seria a segunda etapa, ocupando-se das técnicas usadas para reconstruir o passado: é o trabalho de procura, seleção e análise dos dados. Essa mediação pela técnica é o que garante que a história possa ser considerada ciência, é essa exigência de um método de interpretação que aproxima a história do modelo científico. Isso se daria quando o historiador recolhe o material (suas fontes) e o reorganiza; seleciona os restos do passado e faz deles outra coisa: a História.<sup>17</sup> Por fim, a *escrita* é a última etapa do trabalho do historiador: é ela que conduz da prática ao texto. É por meio de uma literatura que o historiador organiza os acontecimentos e constrói/produz os fatos. Essa elaboração exige o domínio de uma forma de narrar, organizando os sentidos, pois “o texto propõe *ao mesmo tempo* o preenchimento do sentido e sua condição; ele os liga e nivela na expansão do discurso”<sup>18</sup>. Podemos pensar, por meio destas breves considerações, que de Certeau coloca a História num entre-lugar, dependendo tanto de uma prática científica quanto de uma prática narrativa. O que diferenciaria, para de Certeau, a Literatura da História seria então a autoexigência que esta última faz por meio de seus pares e modelos teórico e metodológicos, ambos passíveis de variação temporal.

Uma vez discutida, mesmo que brevemente, as questões que envolvem estes dois primeiros campos do saber, podemos nos deter nas proposições dos estudos *queer*.

### **Os estudos *queer*: os 'esquisitos' têm (uma) história?**

Nos últimos anos acompanhou-se não só na História, mas em todas as Ciências

---

16 CERTEAU, M. A operação historiográfica. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 66.

17 Idem. p. 66-67; 78-83.

18 Ibidem. p. 104. Grifos do autor.

Humanas, um crescimento nos estudos sobre os gêneros e as sexualidades. Isto se deveu, sem dúvidas, à luta empreendida por movimentos sociais nas últimas décadas (como o feminista e o LGBT) que buscaram maior representação política e igualdade de direitos, desarticulando discursos discriminatórios. Nesse sentido, a academia também é afetada por tais desdobramentos, abrindo-se para pensar a causa e os efeitos dessas opressões, afetando, por sua vez, o mundo social. Historicizar práticas sexuais, identidades de gênero e corpos se tornou efetivamente necessário para compreender os processos temporais que envolviam tais questões. Desse modo, torna-se importante compreender como o sexo é diferentemente representado, pensado e praticado por diversas sociedades espalhadas por inúmeros espaços geográficos e temporais. Pode-se concluir que ele também é uma prática social e discursiva construída cultural e historicamente, podendo assim contribuir para a quebra de tabus e preconceitos, tanto no meio político-social, quanto no meio acadêmico-científico, abrigando a possibilidade de desestabilizar discursos opressores e discriminatórios.

A partir dessas reflexões, formulam-se questões sobre o nosso presente, buscando entender e desconstruir discursos e práticas misóginas, machistas e homofóbicas que ainda permeiam nossa sociedade e nosso cotidiano. Segundo o *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*, foram noticiados 315 homicídios de cidadãos LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) por práticas homofóbicas somente no ano de 2012.<sup>19</sup> Tal realidade é indignante e desumana. Esses indivíduos foram violentados não por um ato de discriminação qualquer, mas por práticas de ódio contra indivíduos dissidentes do desejo heterossexual ou das identidades sexuais e de gênero tidas como normais/naturais (homem/mulher, masculino/feminino). Isso, entendemos aqui, é causado por um regime chamado de heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória<sup>20</sup>.

---

19 BRASIL. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2013. 101p. É interessante observar que, segundo o mesmo relatório, até mesmo pessoas que se autoidentificavam como heterossexuais sofreram violência de cunho homofóbico por apresentar características que se desviem do comportamento heterossexual. Se aliarmos tais dados a outras categorias, como as de raça/cor, percebemos que 40,55% das pessoas que foram vítimas violência homofóbica se autodenominaram negras. Ainda é importante destacar que esses dados não correspondem “à totalidade das violências ocorridas cotidianamente contra LGBTs, infelizmente muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público”. p. 18.

20 As considerações a seguir sobre heteronormatividade e os estudos *queer* é uma versão expandida do texto apresentado no X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais; XIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais; V Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais de Londrina. Cf. RIBEIRO JR, B. I. Estudos *queer* e antiguidade: o caso dos *galli* de Cibele representados por Marcial. In: *Anais do X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais; XIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais; V Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais*. Londrina: UEL, 2014. p. 75-88. CD ROM.

Este primeiro conceito, *heteronormatividade*, é central para análise das representações dos eunucos que faremos adiante. Judith Butler, remete tal conceito à grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados, usando-o também para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero. Ou seja: a forma como compreendemos, seja no âmbito acadêmico-científico ou no senso comum, os seres humanos enquanto homens e mulheres, machos e fêmeas<sup>21</sup>.

Para os corpos serem coerentes e fazerem sentido [...] é necessário um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade<sup>22</sup>.

São os estudos de gênero e, ultimamente, os estudos *queer* que vêm mobilizando ferramentas para a desconstrução de categorias rígidas de análise e para o deslizamento de relações de poder que envolvem a produção dos saberes. Com a influência de ideias pós-estruturalistas, a partir da segunda metade do século XX reconhece-se a heterogeneidade dos sujeitos e sociedades e os estudos sobre as identidades ganham complexidade, quebrando-se com a ideia de essência feminina<sup>23</sup>. Logo, passamos a trabalhar com a categoria *mulheres* (no plural) e não mais *mulher* (singular): cada tempo, cada cultura, cada sociedade cria diferentes modelos, condutas e representações do feminino. Surgem assim as teorias de gênero. Estas implicam uma perspectiva culturalista, ou seja, entendem a ordem cultural como modeladora de homens e mulheres, quebrando com o determinismo biológico ainda em voga em muitos estudos sobre as mulheres e homossexuais. O questionamento desses paradigmas levou à desnaturalização das identidades sexuais, o que possibilitou o aprimoramento teórico-metodológico da História enquanto disciplina.<sup>24</sup>

Joan Scott sistematiza o conceito de gênero e articula um claro ferramental metodológico para trabalhar com as noções de masculino e feminino. Dessa maneira, não se faz mais uma História somente das mulheres, pois “[...] qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que implica o estudo do outro. Essa

---

21 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 23.

22 Idem. p. 261.

23 FUNARI, P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. Introdução. *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representação do feminino*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 23.

24 Idem. p. 23-24.



utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens”.<sup>25</sup> A partir disso, é necessário também levar em conta a fabricação do masculino e do feminino, uma vez que:

[...] o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas [...], o “termo” gênero torna-se uma forma particular de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres [...]. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado<sup>26</sup>.

Essas noções mais flexíveis em relação aos termos homem/mulher, masculino/feminino estão envolvidas com o fato de, no final do século XX, a produção do conhecimento histórico passar a ser pensada como um discurso subjetivo e político, sendo ele mesmo também histórico<sup>27</sup>. Abre-se então espaço para a desconstrução da sexualidade como fator unicamente fisiológico e caminho para que a militância política pudesse desarticular os jogos de poder que cercam os discursos dominantes (tais como o patriarcado e a heteronormatividade) e entendesse que ela é culturalmente determinada e pode ser historicamente localizada. Nesse contexto, Feitosa ainda afirma que:

A análise da sexualidade integra a historicidade do corpo, do que pode ser definido por erógeno, das prescrições estabelecidas à prática sexual e de suas emoções, evidenciando variados sentidos de acordo com os valores socialmente construídos em grupos, tempos e espaços históricos estabelecidos<sup>28</sup>.

Muito próxima aos estudos de gênero, a Teoria *Queer* também tem sua base nos movimentos sociais. Ao longo dos anos 1980, há fissuras dentro do próprio movimento homossexual, uma vez que alguns grupos por ele englobados criticavam suas propostas e lutas políticas, acusando-as de afirmar e privilegiar valores da classe média branca<sup>29</sup>. Logo essas diferenças internas acabaram minando o ideal de uma identidade *gay* ou lésbica, o que já havia acontecido com o movimento e os estudos feministas. A expressão *queer*, antes usada em discursos homofóbicos, é tomada pelos integrantes do movimento *gay* que não se identificavam com as propostas do mesmo, como uma forma de subverter e questionar sua

---

25 SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 4.

26 Idem. p. 4.

27 FEITOSA, L. C. História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 2003, n. 13. p. 101-115.

28 FEITOSA, L. C. Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias, *História: questões e debates*. Ano 25, nº 48/49. Curitiba – PR: Editora da UFPR, 2008. p. 128.

29 SPARGO, T. *Foucault e a Teoria Queer*. Tradução de Vladimir Freire – Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006. p. 29.

hierarquia. Ser *queer*, então, era habitar as margens e não desejar integrar o centro. A expressão, nas palavras de Spargo, “significava mais sensual, mais transgressor, uma demonstração deliberada de diferença que não queria ser assimilada ou tolerada [...] uma diferença que visava incomodar o *status quo*”<sup>30</sup>. É nos Estados Unidos que, na virada da década de 1980 para a de 1990 que o *queer* ganhou *status* de teoria e tornou-se novo campo de estudos para compreender a diversidade da sexualidade humana. Desse modo, tal teoria:

quer ser mais abrangente e abarcar outras entidades marginalizadas da sociologia e da teoria cultural pós-modernista. A palavra *queer*, nesse contexto, quer representar tudo aquilo que escapa da homogeneização, da normalização de nossos conceitos modernos do que são as práticas sociais dos gêneros e das sexualidades.<sup>31</sup>

Judith Butler, inspirada nos estudos foucaultianos, inverterá a proposta dos estudos gênero: em vez de o gênero ser uma construção sociocultural sobre um sexo fisiológico, é o próprio gênero que constrói o sexo e dá a ele materialidade dentro de um discurso ou cultura específicos, uma vez que não existiria um sexo pré-discursivo, anterior à linguagem ou à cultura<sup>32</sup>. Assim, gênero é pensado como *performance*, nos possibilitando entender como o discurso heteronormativo organiza não somente a nossa sociedade, mas também nossa sexualidade, nosso corpos e nosso próprio desejo. Deste modo, num olhar *queer*, não existiria gênero, mas sim performatividade de gênero. Isto significa que existe uma ordem cultural que produz efeitos de coerência e continuidade entre sexo, gênero e sexualidade, criando também a ideia fictícia de um sujeito unitário, indiviso.<sup>33</sup> No entender de Louro essa perspectiva leva a crer que o sexo (macho ou fêmea) induziria um determinado gênero (masculino ou feminino) e este, por seu turno, condicionaria uma forma de sexualidade (o desejo heterossexual).<sup>34</sup> Essa lógica só produz sentido dentro de postulados binários, criando identidades diretamente opostas (homem-mulher, masculino-feminino) que se apoiam numa matriz de pensamento que exige uma heterossexualidade estável e, portanto, natural.<sup>35</sup> Logo, gênero como categoria de análise também colabora para a manutenção da heteronormatividade, que produz corpos,

---

30 SPARGO, T. Idem. p. 35.

31 CERQUEIRA, F. V.; PINTO, R. Introdução: uma breve reflexão a respeito dos estudos sobre o homoerotismo. In: *Métis: história & cultura*. v. 10, n. 20, jul./dez. 2011. p. 12.

32 BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2001. p. 151-172.

33 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 38-40.

34 LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 54.

35 BUTLER, J. 2003. p. 45.

sujeitos e desejos. Sobre isso, afirma Butler:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos [...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura<sup>36</sup>.

Neste sentido, tais normas materializam o esquema sexo/gênero/desejo em corpos e lhe dá o efeito de naturalidade, de fisiologia e extra-discursividade. São estas normas também que tornam esses corpos passíveis de reconhecimento e inteligibilidade somente dentro desta lógica de gênero (homem-mulher, masculino-feminino), caracterizando-os como corpos que importam/pesam. Se este sexo possui sua historicidade e discursividade, ele não existe em si, mas ele se dá pela construção do sujeito. Para isso, como qualquer outra forma de criação de identidades, o sujeito sexuado só emerge por meio de forças de exclusão e de repúdio, criando exteriores/territórios para aqueles que não são sujeitos de uma sexualidade inteligível. Assim, a aposta de Butler é justamente nesses corpos, estranhos, esquisitos, anômalos, que são materializados como abjeção da norma heterossexual, que burlam e, ao mesmo tempo, são o limite das identidades sexuais, denunciando a discursividade e as fissuras da performatividade de gênero.<sup>37</sup>

Ao utilizarmos como ferramental teórico-metodológico dos estudos *queer* podemos entender os eunucos numa outra perspectiva. As concepções sobre o corpo, sexo e gênero defendidas por Butler pode nos levar a entender a diversidade de representações e experiências na sociedade romana antiga, pois

[...] entender o mundo, os indivíduos, o passado em termos de gênero é conferir uma identidade minimamente estável ao modelo oposicional masculino-feminino, sendo que a base para tal identificação acaba sendo o sexo anatômico. Assim, sexo e gênero confundem-se num ciclo de reificação que é possibilitado por uma visão de mundo e um conhecimento calcados no pressuposto de uma heterossexualidade natural ou a-histórica<sup>38</sup>.

Assim, para este artigo, a figura do eunuco surge como uma aposta política para desorganizar a estrutura binária dos gêneros, desarticulando a noção de naturalidade da

---

36 Idem. p. 25.

37 Idem. p. 46; BUTLER, Judith, 2001, p. 155.

38 RIBEIRO JR, B. I. Estudos queer e antiguidade: o caso dos galli de Cibele representados por Marcial. In: *Anais do X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais; XIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais; V Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais*. Londrina: UEL, 2014. CD ROM. p. 77.

heterossexualidade, também entendida aqui como heteronormatividade. Logo, quando aqui se propõe um combate à heteronormatividade - entendida como um regime que regula corpos, gêneros e desejos, naturalizando o sujeito heterossexual e taxando como anormal qualquer indivíduo que escape a esse regime (homossexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *drag-queens/kings*)- não se afirma que os romanos eram heteronormativos, pois suas concepções acerca do corpo e do sexo eram muito diferentes das nossas, mas sim que nossas interpretações sobre passado romano tendem a ser heteronormativas. Propõe-se um olhar e uma metodologia *queer* para vislumbrar diversidades e multiplicidades de existências na sociedade romana, como acreditamos ser o caso dos eunucos. Assim, o ataque deve ser à heterossexualidade como regime político e como pressuposto para estudo do passado e não enquanto prática social/sexual.

### **Os eunucos de Estácio, Marcial e Suetônio**

Depois de pontuarmos os aspectos fundamentais dos estudos *queer* e de gênero, podemos, agora, olhar os textos antigos com a estratégia de perceber a construção dos corpos dos eunucos como anomalia (ou não) dos papéis de gênero, por meio das representações criadas por Estácio, Marcial e Suetônio. Os três autores foram escolhidos por terem vivido e publicado suas obras na mesma época (de 80 a 121 d. C.), por representarem diversos eunucos em seus textos - como o garoto Earinus, o escravo Esporo e os *galli*, sacerdotes do culto da deusa oriental Cibele – e por terem se dedicado à narrativa literária, já que um dos focos deste artigo é pensar a escrita da História a partir deste material. Primeiramente, consideremos algumas informações sobre os autores e suas obras.

Públio Papínio Estácio nasceu em Nápoles entre 40 e 50 d.C. onde sofreu fortes influências da cultura e literatura gregas. Seu pai era professor e também poeta e, por ser especialista nas tradições literárias greco-latinas, educa-o em técnicas de composição poética. Por volta de 69, mudou-se para Roma e assumiu a poesia como profissão. Sobrevivendo do que escrevia, levava uma vida modesta como poeta-cliente: escrevia seus poemas para homens ricos em troca de favores, proteção, jantares e hospitalidade. Faleceu provavelmente em 96, com desejos de retornar à sua terra natal.<sup>39</sup> A obra de Estácio utilizada aqui é *Siluae*, que possui traduções para o português como *Silvas*. O significado desse título é incerto, mas

---

39CITRONI, M. et. al. *Literatura de Roma Antiga*. Tradução de Margarida Miranda, Isaías Hipólito e Walter de Souza Medeiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. p. 862-864.

seu sentido pode ser o de “bosques”, “florestas” ou “madeiras”. Ainda nas palavras de Citroni, entende-se que:

As *Siluae* constituem um documento extraordinariamente importante em relação aos gostos, aos ideais, aos valores, aos estilos de vida e da alta sociedade que rodeia a corte de Domiciano, e à imagem que essa sociedade pretende transmitir de si própria<sup>40</sup>.

A obra se divide em cinco livros, sendo os quatro primeiros publicados entre 92 e 95 d.C. e o quinto após a morte de Estácio. São poemas de encomenda e de ocasião, ou seja, encomendados pela nova elite do império que, quase sempre, são personalidades próximas à corte imperial (senadores, cavaleiros ricos, provincianos e até mesmo libertos) para serem recitados em ocasiões específicas, como jantares e recepções.

O segundo autor utilizado em nossa análise é Marco Valério Marcial, nascido por volta de 39 d.C. na cidade de BÍlbilis, região da atual Espanha, onde teve formação de alto nível em letras. Mudou-se para Roma na década de 60. De volta à sua terra natal, faleceu entre 102 e 104<sup>41</sup>. Sua vida assemelha-se bastante com a de Estácio: mantém sua sobrevivência em Roma com sua atividade literária, sendo “[...] essencialmente um cliente. Seus rendimentos não alcançam os padrões de riqueza estipulados pelos romanos. Assim, vive e sobrevive em Roma como poeta e usufrui dos diversos favores obtidos de seus *patroni*”<sup>42</sup>. Sendo mais de 1500 e distribuídos em quinze livros, os epigramas de Marcial foram escritos aproximadamente entre 80 e 102/104 e tratam dos mais variados temas e comportamentos sociais, valendo-se de linguagem realista, irônica e picante, ligada ao entretenimento e à diversão<sup>43</sup>. Seus poemas trazem uma representação bastante elaborada da sociedade romana, retratando os mais diversos tipos de indivíduos: beberrões, gulosos, avarentos, hipócritas, esposas devotadas ou não, praticantes de homoerotismo, exibicionistas, delatores.

Por fim, trabalhar-se-á também com uma biografia escrita por Suetônio. O mais provável é que Gaio Suetônio Tranquilo tenha nascido em Hipona, na atual Argélia, no ano de 70 d. C. Em Roma exerceu a advocacia e a carreira equestre. Viveu intimamente a corte imperial, chegando a trabalhar como secretário do imperador Adriano. Foi protegido por

---

40CITRONI, M. et. al., 2006, p. 871.

41CITRONI, M. et. al., 2006, p. 873-874; PARRA, A. G. *As religiões em Roma no principado: Petrônio e Marcial* (século I e II d. C.). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de ciências e Letras, UNESP-Assis/SP. 2010. p. 64-68.

42BIAZOTTO, R. L. *O viver urbano em Roma: uma leitura de Plínio o Jovem e Marcial*. Dissertação (Mestrado em História). Unesp – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. 1993, p. 93.

43 Idem, p. 46; CITRONI, M. et. al. Idem. 2006, p. 882.

Plínio o Jovem, o que lhe rendeu prestígio e alguns títulos e postos de importância durante o Principado Romano<sup>44</sup>. Depois de 122 d.C. foi demitido de seus cargos, acusado de manter relações de excessiva intimidade com a imperatriz. Das doze biografias contidas na obra *A vida dos doze Césares* foi selecionada para análise a de Nero, por representar o casamento que Nero teria tido com um escravo castrado. A obra, dividida em oito livros, narra a vida dos doze primeiros imperadores de Roma, de Augusto a Domiciano e foi escrita provavelmente entre 119 e 121, triênio em que Suetônio foi secretário de Adriano e teve acesso aos arquivos imperiais. Suas biografias seguem o mesmo padrão ao acumular notícias bastante provocativas em torno de temas fixos: família, nascimento, trono, atividade militar e legislativa, educação, vida moral e morte<sup>45</sup>.

A partir dessas informações, adentremos na análise das fontes literárias. Primeiramente, escolhemos um trecho que Estácio representa Earinus, menino que era escravo do imperador Domiciano. Era comum que escravos tivessem relações eróticas com seus proprietários até surgir a sua barba, uma vez que depois de fazer a barba pela primeira vez o garoto se torna um homem, não devendo mais atuar como passivo numa relação erótica, amorosa, política ou social. De acordo com Craig Arthur Williams, tanto Domiciano quanto sua esposa mantinham uma relação de amor e amizade com Earinus.<sup>46</sup> Encomendado por Domiciano, Estácio escreve um poema de despedida para a Earinus quando este vai retirar a sua barba e cortar seus cabelos. O excerto abaixo foi retirado desse poema e narra a possibilidade que Earinus ser castrado, o que pode ser uma tentativa de continuar suas relações eróticas com o imperador e a imperatriz.

And once, lest first beard's fuzz should mar your cheeks,  
and dim your beauty's shine, Pergamum's god  
himself forsook its heights to cross the sea.  
Apollo's youthful son – but no one else -  
was authorized to *soften up the boy*.  
His gentle method *changed the body's sex* -  
but nothing else<sup>47</sup>.

O que pode ser mais interessante é lembrar que Suetônio chama atenção para o fato de Domiciano ter proibido a castração de homens durante seu governo e baixou o preço dos

---

44 CITRONI, M. et. al., 2006, p. 973; PARATORE, E. Suetônio. *História da literatura latina*. Tradução de Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1983. p. 771-776.

45 PARATORE, E., 1983, p. 779.

46 WILLIAMS, C. *Roman Homosexuality*. Oxford University Press: New York, 2010. p. 61; 140.

47 STATIUS, P. Papinius. *The Silvae of Statius*. Tradução de Betty Rose Nagle. Bloomington: Indiana University Press., 2004. p. 115. Grifos nossos.

eunucos ainda existentes no mercado de escravos<sup>48</sup>. Essa lei da castração foi reafirmada por Nerva poucos anos depois. Essa informação é preciosa, pois nos mostra que havia uma preocupação do Estado romano com a emasculação de seus homens e, ainda, essa proibição nos indica que estas práticas deveriam ser correntes e criavam resistência às normatizações impostas pelo próprio imperador. Esse impasse entre proibir a castração (ou a tentativa de vender o restante dos eunucos escravizados) e “suavizar o menino Earinus” é intrigante, mostrando as múltiplas teias discursivas que recobrem o período de governo de Domiciano em relação aos eunucos. Além disso, podemos nos perguntar sobre os interesses envolvidos em permitir/querer a castração do menino, enquanto se proíbe a castração dos demais romanos.

O segundo autor que pode ajudar na reflexão sobre a construção do masculino e do feminino em Roma é Marcial. No seu Livro V, epigrama 41<sup>49</sup>, percebemos que o cidadão romano Dídimos é desqualificado em sua masculinidade e para isso o epigramatista se vale da figura do eunuco, de Átis (humano, amante de Cibele) e dos sacerdotes da deusa Cibele:

Embora sejas mais efeminado que um eunuco frouxo,  
e mais mole que o amante de Celenas [Átis],  
por quem uiva o Galo castrado que a grande Mãe [Cibele] inspira,[...]  
Se tens licença para te sentares nos bancos dos cavaleiros,  
hei-de ver, Dídimos: não a tens para os dos maridos.

Vê-se nesse trecho que Dídimos é relacionado à efeminação e à moleza ou falta de virilidade, ao mesmo tempo que o autor nos indica que ele não tem poder para tornar-se marido. Nesse sentido, compreende-se que Dídimos não pode cumprir a função de cidadão, não podendo fornecer herdeiros/cidadãos que futuramente seriam responsáveis pela manutenção da *urbs*. Este elemento é essencial para se pensar como os romanos vinculavam as ideias de cidadania, corpo e masculinidade: somente um cidadão pleno poderia gozar de seus direitos políticos e em Roma a cidadania se vincula ao ato de ser homem<sup>50</sup>.

Aqui é importante discutir ideal de masculinidade esperado pelos romanos, ou melhor, pela elite romana, uma vez que este é o ideal refletido nos textos que analisamos. Segundo Ehrhardt, a família e o *pater familias* eram importantes para compreender a educação e a construção de um cidadão, pois era em casa que o romano inicialmente adquiria as virtudes

---

48 SUETÔNIO, *As vidas dos doze Césares*. Tradução de Sady-Garibaldi. 6 ed. São Paulo: Atena Editora. p. 380.

49 MARCIAL, M. V. *Epigramas*. v.I. Lisboa: edições 70, 2000.

50 FEITOSA, L. C. 2008. p. 119-135.

capitais da sua formação: *gratuitas*, *pietas* e *simplicitas*. O *pater familias* assume através do *patria potestas*, o poder sobre os filhos, o papel de principal educador.<sup>51</sup> Desse modo, o ser homem, cidadão e livre em Roma se liga intrinsecamente ao fato de se casar e tornar-se um *pater familias*, como escreveu Veyne: “Sendo o casamento um dever cívico e uma vantagem patrimonial, tudo que a velha moral exigia dos esposos era que executassem uma tarefa definida: ter filhos, cuidar da casa.”<sup>52</sup> Essa definição de Veyne, em parte, vai ao encontro das interessantes considerações de Saller. Porém, este último, nos leva a refletir um pouco mais profundamente sobre o papel do *pater familias* na sociedade romana, afirmando que pouquíssimas vezes os textos jurídicos/legais romanos ligam o conceito às relações familiares, estando mais próximo da definição daquilo que seria um bom administrador dos seus bens, propriedades, filhos e esposa e estreitamente ligado à concepção de dono de uma propriedade (seja rural, urbana, doméstica ou seus próprios escravos)<sup>53</sup>. A questão é que, para tornar-se um *pater*, seja no sentido de Veyne ou de Saller, o homem necessitava ser viril, no sentido que virilidade era tida pelos romanos, ligada aos ideais do *mos maiorum*, representando o comando, não somente nas relações políticas e sociais, mas também familiares e sexuais. Com ou sem casamento:

Quando um romano, ainda no tempo do império, fala de *virtus* (a palavra da qual deriva “virtude” e que significa, propriamente, a qualidade de ser um homem, *vir*) refere-se menos à conformidade com valores abstractos [sic] do que à afirmação em acto [sic], da qualidade viril por excelência, ao domínio de si – atribuindo, não sem desdém, à fraqueza feminina, a *impotenti sui*, a incapacidade de dominar a natureza<sup>54</sup>.

Logo, Marcial faz Dídimos transitar entre o eunuco e a ordem equestre, permitindo-nos pensar o corpo do eunuco como uma figura que serve de referência para se pensar o masculino e a cidadania em Roma, delimitando-a como o extremo limite do que seria ser

---

51 EHRHARDT, M. L. *O bonus Civis cum humanitas*: um projeto pedagógico para o Principado Romano. *Mirandum*. CEMOrOC-Feusp/IJI - Universidade do Porto. n° 20, 2009. p. 49.

52 VEYNE, P. *O Império Romano. História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 52.

53 SALLER, R. *Pater Familias, Mater Familias, and the Gendered Semantics of the Roman Household*. *Classical Philology*. The University of Chicago Press, v. 94, n° 2. p. 182-197. Apr. 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/270558?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104495526321>>.

Acesso em 07 nov. 2014, às 15h44min. Nesse artigo, Saller faz uma interessante análise dos termos *pater familias* e *mater familias*, esclarecendo que a mulher, cumprindo o papel de *mater familias* (mais ligado à honra e à castidade) poderia também tornar-se administradora de seus próprios bens, assim como o homem. A diferença fundamental entre esses conceitos, além do *pater* estar vinculado mais à propriedade e *mater* à pureza e moralidade, seria que o *pater* possuiria também o *potestas*, o que não caberia à mulher.

54 GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 67-68.



homem ou mulher, a fronteira que delimitava o que era ser viril. Mas também, não podemos afirmar que Dídimo é homem, uma vez que não pode cumprir com sua obrigação de marido, provedor da prole romana, não podendo exercer sua virilidade e comando.

Outro excerto de Marcial que pode nos ajudar em tal reflexão é o seguinte, encontrado no epigrama 45 do seu II livro:

Cortaste o teu membro, que não endireitava, Glipto  
Pateta, para que precisavas do ferro? Já eras eunuco.<sup>55</sup>

Podemos interpretar que aqui também o sexo/gênero é indefinido ou não identificado. O homem debochado pelas palavras de Marcial decide amputar sua genitália mesmo já não atendendo ao pressuposto de virilidade. Não havia necessidade de tornar-se eunuco pois Glipto não usava seu pênis para aquilo que o autor julgava necessário. Isso nos faz pensar que havia sim a possibilidade, como defende Renato Pinto, do homem intervir em seu corpo para poder habitar outras possibilidades de existência, não se localizando nas noções polarizadas de macho-fêmea/masculino-feminino<sup>56</sup>.

Os epigramas de Marcial também podem nos ajudar a pensar a religião romana. No Livro III, o epigrama 24 narra o sacrifício de um bode a Baco feito por um camponês, acompanhado por um arúspice etrusco. Quando, por sugestão do arúspice, corta-se os testículos do animal surge uma hérnia, podendo significar um mau agouro. O camponês a arranca acreditando ser isso o que prescrevia os rituais antigos. O epigrama termina assim:

[...] Assim, tu, que há pouco eras um arúspice etrusco, és agora um  
[arúspice galo,  
já que, ao degolares um bode, te tornaste tu próprio um bode castrado.<sup>57</sup>

Lembremos que a religião romana centrava-se nos ritos e o bom relacionamento entre os deuses dependiam da perfeita execução deles<sup>58</sup>. Marcial sugere que havia uma ligação entre o exato cumprimento dos rituais e as formas pelas quais se reconhecia e legitimava sacerdote da religião pública romana. Como o arúspice agiu indevidamente, foi “rebaixado” ao status de *galli*. O corpo do eunuco, representado aqui pelo *galli*, também serve de exterior constitutivo para delimitar o que seria a própria religião oficial ou o que seria papel de um

55 MARCIAL, M. V. 2000, p. 113.

56 PINTO, R. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp: Campinas – SP, 2011. f. 189-201.

57 MARCIAL, M. V. 2001, p. 138. Este epigrama também foi trabalhado em RIBEIRO JR, 2014, p. 85.

58 PARRA, A. G, 2010; SCHEID, J. O sacerdote. In: GIARDINA, A. (Org.). *O homem romano*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Editorial Presença: Lisboa, 1991. p. 49-72.

sacerdote, não se reduzindo apenas a limitar os papéis de gênero<sup>59</sup>.

Por fim, Suetônio nos dá outras possibilidades de leitura narrando como Nero tratou um de seus escravos:

Esforçou-se para transformar em mulher, o jovem Esporo, arrancando-lhe os testículos. Carregou-o em régia pompa, observando todos os ritos esponsalícios, e o tratou como uma verdadeira mulher [...] Esporo foi paramentado com os adornos das imperatrizes, conduziu-o em liteira e o acompanhou às assembleias e aos mercados da Grécia e, mais tarde, em Roma, às sigilárias, cobrindo-o a cada passo de beijos<sup>60</sup>.

É visível que o autor polariza o objeto de análise: o escravo/homem é transformado em mulher. Apesar do tom jocoso que Suetônio imprime às suas biografias, nota-se que havia a possibilidade de “transgenitalização”, mesmo não sendo pela vontade do próprio eunuco. Temos que ressaltar que o termo “transgenitalização” usado aqui é contemporâneo e as experiências de Esporo nada tem a ver com os processos atuais que pessoas se submetem para “trocar” de sexo. Tal excerto ainda é interessante pelo fato de que, mesmo tendo um relacionamento com um ex-escravo transformado em mulher, Nero não foi destronado. Lembrando do que foi escrito acima, essa conduta relativiza de forma contundente aquilo que esperaríamos ser normal na sociedade romana, em relação ao *status* do *pater familias* ou do *vir* e do cidadão, sobretudo se tratando do próprio *princeps*, o primeiro dos cidadãos. Muito pelo contrário, Esporo gozou de seus direitos como imperatriz e o casal expôs-se até mesmo fora de Roma.

### Considerações finais

O percurso feito por este artigo se propôs a interpretar a Antiguidade Clássica por meio do diálogo entre três campos de estudos: a História, a Literatura e a Teoria *Queer*. Apostou-se no entrecruzamento destes campos para pensar a narrativa de um passado que possa estar atenta às demandas do presente, sem que necessariamente deixemos de lançar mão de um aparato teórico-metodológico e de uma abordagem crítica da documentação. Os corpos dos eunucos podem nos mostrar que possibilidades de questionamento da História e das certezas, até mesmo aquelas mais íntimas, como o nosso corpo e a nossa sexualidade. Mais que isso, os eunucos demonstram as fissuras neste modelo interpretativo polarizador: homem-mulher, masculino-feminino, macho-fêmea. Mesmo tão distante de nós, a História de Roma

---

59 RIBEIRO JR, 2014, p. 85.

60 SUETÔNIO. *As vidas dos doze Césares*. Tradução de Sady-Garibaldi. 6 ed. São Paulo: Atena Editora. 419p.

pode nos exercitar para uma análise das nossas formas de conhecimento e, mais que isso, das nossas próprias subjetividades.

Estácio, Marcial e Suetônio não descreveram um relato real do que eram os eunucos. Em seus discursos, nota-se a presença de ideologias, visões de mundo do grupo social que os financiavam (a aristocracia romana). Há também de apontar que a representação é uma forma de possibilitar a outrem ver uma imagem daquilo que está ausente. Nunca o objeto é tal e qual aquilo que se pretendeu representar.<sup>61</sup> Porém, analisando estes três autores, podemos observar o mundo antigo enquanto construção discursiva e as implicações que isso teve na imagem criada sobre os eunucos. Esta imagem pode ser pensada em quatro pontos distintos, mas que não deixam de se relacionar: 1) poderia sim haver homens que desejassem se tornar eunucos para viver suas identidades marginalizadas/esquisitas, como é o caso Glipto e dos *galli* de Cibele; 2) os corpos dos eunucos são tomados como o limite, a fronteira que cerca as identidades dos homens e das mulheres romanas, de forma que Marcial satiriza o cidadão Dídimo comparando-o ao corpo dos eunucos; 3) a “transgenitalização” ou a castração nem sempre foram feitas pela vontade dos eunucos, mas sim por relações de poder que perpassavam suas experiências e corpos, que foi o que aconteceu com Esporo, e; 4) as emasculações poderiam dar margem para burlar e embaralhar códigos sociais, como as normas de gênero, representados na documentação por Esporo e Earinus.

Se a História é o discurso que se ampara em materiais/fontes/dados para reconstruir e recriar o passado, se a Literatura tem a liberdade de criar o que poderia ter acontecido por meio apenas da imaginação, isso não impede que a segunda lance mão de artefatos e documentos que nos chegaram até o presente e que a primeira não possa imaginar outras possibilidades de existência diferentes daquelas lembradas até hoje. Se a História tem por obrigação, como especificou Michel de Certeau, reorganizar os restos do passado de acordo com as práticas e vivências de nosso presente; se a função da História é, como escreveu Durval Muniz de Albuquerque Junior, desconstruir e solapar as memórias criadas pelo poder, desestabilizando lembranças cristalizadas por relações de força e exclusão, por que não reconstruir o passado da perspectiva dos seres abjetos? O historiador narra uma história consultando arquivos e documentos. Ele esculpe um monumento, uma vez que “[...] o dado

---

61 CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

não é dado, mas recriado pelo especialista em História”<sup>62</sup>. Estamos numa encruzilhada que pode ser muito produtiva e renovadora para o saber histórico: a narrativa histórica nunca poderá ter a liberdade da narrativa de ficção e nem se distanciar do fato que é uma narrativa. Nessa condição, pensamos junto com Albuquerque Jr que o historiador é um fraseador, que brinca com as palavras, que não dá a elas sentidos únicos, que estabelece histórias que são efêmeras e somente possíveis por meio de uma literatura conduzida por métodos. Uma abordagem *queer* permite evidenciar que o monumento criado à memória da heterossexualidade como algo estável ou natural, pode ser desmantelado, esmaecido quando subordinado às mais diversas escalas temporais, quando escancarada a sua historicidade, suas tramas discursivas.

## Referências

### 1 Fontes

MARCIAL, M. V. *Epigramas*. v.I. Lisboa: edições 70, 2000.

STATIUS, P. *The Silvae of Statius*. Tradução de Betty Rose Nagle. Bloomington: Indiana University Press., 2004. 244 p

SUETÔNIO. *As vidas dos doze Césares*. Tradução de Sady-Garibaldi. 6 ed. São Paulo: Atena Editora. 419 p.

### 2 Livros

ALBUQUERQUE JR, D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007. 256 p.

BRASIL. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2013. 101 p

BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, 154 p.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CARDOSO, Z. A. *A literatura latina*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 220 p.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

---

62 ALBUQUERQUE JR, D. M., 2007, p. 63.

- CITRONI, M. et. al. *Literatura de Roma Antiga*. Tradução de Margarida Miranda, Isaías Hipólito e Walter de Souza Medeiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. 1286 p.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992, 267 p.
- GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- HARTOG, F. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme J. Freitas e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. 286 p.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 54.
- SPARGO, T. *Foucault e a Teoria Queer*. Tradução de Vladimir Freire – Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006. 67 p.
- WILLIAMS, C. A. *Roman Homosexuality*. 2 ed. Oxford University Press: New York, 2010. 471 p.

### 3 Capítulos de livros

- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L., *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2001. p. 151-172.
- CERTEAU, M. A operação historiográfica. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 65-119.
- FUNARI, P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. Introdução. *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representação do feminino*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 23.
- HARLAN, D. A História Intelectual e o retorno da Literatura. In: RAGO, M.; GIMENES, R. *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p. 15-61.
- SCHEID, J. O sacerdote. In: GIARDINA, A. (Org.). *O homem romano*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Editorial Presença: Lisboa, 1991. p. 49-72.
- VEYNE, P. O Império Romano. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19-223.
- WHITE, H. Introdução: a poética da história. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 17-56.

### 4 Artigos de periódicos

- CERQUEIRA, F. V.; PINTO, R. Introdução: uma breve reflexão a respeito dos estudos sobre o homoerotismo. In: *Métis: história & cultura*. v. 10, n. 20, jul./dez. 2011. p. 7-14.

EHRHARDT, M. L. *O bonus Civis cum humanitas: um projeto pedagógico para o Principado Romano. Mirandum*. CEMOrOC-Feusp/IJI-Universidade do Porto. n° 20, 2009. p. 47-54.

FEITOSA, L. C. História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 2003, n. 13. p. 101-115.

\_\_\_\_\_. Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias. *História: questões e debates*. Ano 25, n° 48/49. Curitiba – PR: Editora da UFPR, 2008. p. 119-135.

FERREIRA, A. C. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Pós-História*. Assis, SP, 1995, v. 4. p. 23-44.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 71-99.

## 5 Dissertações e teses

PARRA, A. G. *As religiões em Roma no principado: Petrônio e Marcial (século I e II d. C.)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de ciências e Letras, UNESP-Assis/SP. 2010.

PINTO, R. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp: Campinas – SP, 2011. 254 f.

## 6 Textos publicados em anais

RIBEIRO JR, B. I. Estudos *queer* e antiguidade: o caso dos galli de Cibele representados por Marcial. In: *Anais do X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais; XIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais; V Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais*. Londrina: UEL, 2014. p. 75-88. CD ROM.

## 7 Figuras

Figura 1: Hayden White. Quadro das afinidades eletivas. 1992. Encontrado em WHITE, H. Introdução: a poética da história. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 44.

